



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

#### Parte I

Audição conjunta com o Comissário responsável pelo pelouro da Justiça, Didier Reynders (através de videoconferência), para apresentação do relatório anual sobre a situação do Estado do direito na União Europeia, por videoconferência [audição conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]

#### Parte II

1. Informações
2. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias
3. Designação dos membros da CAE que integrarão a delegação à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governança Económica na UE / Conferência do Semestre Europeu / Semana Parlamentar Europeia - Dia 22 de fevereiro de 2021
4. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:
  - a. COM (2020) 791 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1862 relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal no que diz respeito à introdução de indicações pela Europol



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 17/03/2021

b. COM (2020) 823 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e que revoga a Diretiva (UE) 2016/1148

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 17/03/2021c. COM (2020) 854 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece a Reserva de Ajustamento ao Brexit

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 11/03/2021

5. Outros Assuntos

6. Apreciação e votação de ata n.º 61 de 27 de janeiro de 2021

---

Formato misto (presencial + videoconferência)

#### Parte I

**Audição conjunta com o Comissário responsável pelo pelouro da Justiça, Didier Reynders (através de videoconferência), para apresentação do relatório anual sobre a situação do Estado do direito na União Europeia, por videoconferência [audição conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]**

Entrando na primeira Parte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, cumprimentou o Senhor Comissário, Didier Reynders, presente por videoconferência, informou que a audição



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

era copresidida pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado José Magalhães, tendo, de seguida, feito uma referência ao percurso profissional do Senhor Comissário e ao Relatório Sobre do Estado de Direito na União Europeia. Após explicar a grelha de tempos aplicável, entregou a palavra ao Senhor Comissário para uma intervenção inicial.

O Senhor Comissário iniciou as suas declarações afirmando a importância do Estado de Direito e que o mesmo não podia ser dado como garantido. Referiu que o Relatório sobre o Estado de Direito versava sobre a União Europeia e sobre os Estados Membros, incluindo Portugal, tendo a Comissão focado quatro áreas cruciais para o Estado de Direito, independência, qualidade e eficiência do sistema de justiça, o quadro jurídico anticorrupção, o pluralismo e liberdade dos meios de comunicação e controlo dos equilíbrios institucionais. Relativamente ao sistema de justiça português, mencionou terem sido identificados vários desafios, nomeadamente a eficiência dos Tribunais Administrativos e Fiscais e a demora na tramitação dos processos judiciais. Quanto ao quadro jurídico anticorrupção em Portugal, referiu a existência de equipas especializadas para o seu combate, mas a Comissão denotou que existiam algumas lacunas, como a regulamentação do Lobby e acusações poucos eficazes nos processos judiciais por crimes de corrupção. Relativamente ao pluralismo e liberdade dos meios de comunicação, afirmou que, em Portugal, a liberdade editorial no jornalismo prevalecia bem como o acesso a documentação e informação de entidades oficiais, no entanto, acusações contra jornalistas por difamação ainda sucediam. Relativamente ao equilíbrio institucional, referiu que a Constituição Portuguesa garantia esse equilíbrio de poderes, nomeadamente a transparência e garantias no processo legislativo bem como um quadro legislativo facilitador para uma sociedade civil participativa. Realçou que o próximo passo seria a aplicação das reformas identificadas no Relatório, referindo que se pretendia alcançar um diálogo mais profundo sobre o Estado de Direito, ao nível europeu e nacional, suscitando um intercâmbio sobre as melhores práticas a adotar, realçando ainda que se pretendia discutir o Relatório com todos os Parlamentos nacionais. Referiu que era um trabalho anual e afirmou a importância deste relatório ser debatido nas várias instituições europeias, nos Parlamentos nacionais e com a sociedade civil, mencionando ainda



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

que a Comissão recebia contributos escritos dos Estados Membros e outras instituições europeias para a elaboração do Relatório. Referiu ainda que o Relatório sobre o Estado de Direito de 2021, seria aprovado em julho, seguindo-se a discussão ao nível europeu e dos Estados Membros. Teceu algumas considerações sobre a Justiça Criminal, concretamente, sobre a Procuradoria Europeia, denotando a urgência na sua operacionalização no primeiro semestre de 2021, para o combate contra o abuso e corrupção na utilização dos fundos provenientes do instrumento financeiro *NextGenerationEU*. Informou que a Comissão Europeia tinha adotado um pacote para a digitalização da justiça na União e para a formação jurídica especializada, realçando a importância de existirem juristas bem formados para a aplicação do Estado de Direito e, para finalizar, referiu a necessidade de se manter o debate político sobre o Estado de Direito e garantiu que a Comissão iria continuar a combater e sancionar as violações, se necessário, no Tribunal de Justiça Europeu.

Na período de debate, intervieram as Senhoras e Senhores Deputados Isabel Rodrigues e Pedro Bacelar Vasconcelos (GP do PS), Isabel Meirelles e Márcia Passos (GP do PSD), Fabíola Cardoso (GP do BE), Bruno Dias (GP do PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês Sousa Real (PAN) e André Ventura (GP do CH), tendo o Senhor Comissário Didier Reynders respondido aos Senhores Deputados, individualmente, ao conjunto de questões colocadas.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado José Magalhães, encerrou a sessão referindo a importância da discussão e aprofundamento desta matéria, realçando que a pandemia não podia violar o Estado de Direito. Referiu que a nova tecnologia digital teria de ser colocada ao serviço da justiça e que o próximo Relatório fosse melhor.

A audição foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL**

**Parte II**

**1. Informações**

Entrando no Ponto 1 da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, apresentou os seus cumprimentos aos presentes e informou da receção de uma carta da Dumas (Parlamento da Rússia) a denunciar a violação dos direitos humanos na Letónia, que seria distribuída à Comissão. Referiu igualmente a próxima reunião, no âmbito Presidentes da COSAC que iria decorrer com a Comissária Europeia Stella Kyriakides, no dia 8 de fevereiro. Por fim, informou que tinha baixado à Comissão o Projeto de Resolução n.º 894/XIV/2ª do PAN que seria agendada, para discussão, numa próxima reunião. A Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD) apresentou os elogios à Sra. Dra. Conceição Castro, assessora do Grupo Parlamentar do PSD, por todo o trabalho prestado.

**2. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias**

No seguimento da realização do Grupo de Trabalho sobre o Escrutínio de Iniciativas Europeias, o Senhor Presidente da Comissão, apresentou os resultados da reunião realizada imediatamente antes da reunião ordinária da Comissão e refletidos na tabela infra:

<a href="#">COM(2020)846</a>	18/12/2020	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Recomendações aos Estados-Membros no que respeita aos seus planos estratégicos para a política agrícola comum	Conhecimento à 7ª Comissão (CAM)		
------------------------------	------------	--	----------------------------------	--	--

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL**

<a href="#">COM(2021)18</a>	12/01/2021	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a avaliação conjunta do Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a utilização e a transferência dos registos de identificação dos passageiros para o Departamento da Segurança Interna dos Estados Unidos	Conhecimento à 1ª Comissão (CACDLG)		
<a href="#">COM(2021)25</a>	18/01/2021	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece medidas específicas e temporárias face ao surto de COVID-19 relativas à renovação ou prorrogação de determinados certificados, licenças e autorizações e ao adiamento de determinados controlos periódicos e da formação contínua em determinados domínios da legislação em matéria de transportes, para os períodos de referência subsequentes aos referidos no Regulamento (UE) 2020/698	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)		
<a href="#">COM(2021)35</a>	19/01/2021	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO Uma frente unida para vencer a COVID-19	Conhecimento à 9ª Comissão (CS)		
<a href="#">COM(2021)28</a>	26/01/2021	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 389/2012 do Conselho relativo à cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo no respeitante ao conteúdo dos registos eletrónicos	Conhecimento à 5ª (COF)		

Submetida a votação, a lista com os resultados da reunião do Grupo de Trabalho foi ratificada pela Comissão de Assuntos Europeus por unanimidade.

**3. Designação dos membros da CAE que integrarão a delegação à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE / Conferência do Semestre Europeu / Semana Parlamentar Europeia - Dia 22 de fevereiro de 2021**

Entrando no Ponto 3 da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que iria decorrer, no dia 22 de fevereiro, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE / Conferência do Semestre Europeu / Semana Parlamentar Europeia, sendo a delegação da Assembleia da República



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL**

composta por 7 deputados, sendo 2 deputados do GP PS e PSD da Comissão dos Assuntos Europeus, 2 deputados do GP PS e PSD da Comissão de Trabalho e Segurança Social, 2 deputados do GP PS e PSD da Comissão de Orçamento e Finanças e 1 deputado rotativo entre os grupos parlamentares com menor representatividade, cabendo ao GP do CDS-PP a indicação do deputado, independentemente da Comissão. O Senhor Presidente, a pedido dos grupos parlamentares, estipulou o prazo até às 12:00 do dia 5 de fevereiro, sexta-feira pra indicação dos membros da CAE que iriam integrar a delegação.

#### **4. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:**

**a. COM (2020) 791 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1862 relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal no que diz respeito à introdução de indicações pela Europol**

**Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS**

**Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 17/03/2021**

O GP do PS assumiu o ónus da indicação do Deputado autor de parecer até ao final da semana corrente, por informação veiculada junto dos serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus.

**b. COM (2020) 823 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e que revoga a Diretiva (UE) 2016/1148**

**Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD**

**Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 17/03/2021**



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL**

O GP do PSD assumiu o ónus da indicação do Deputado autor de parecer até ao final da semana corrente, por informação veiculada junto dos serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus.

**c. COM (2020) 854 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece a Reserva de Ajustamento ao Brexit**  
**Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS**

**Iniciativa sinalizada pela CAE - Prazo de Protocolo 2 - 11/03/2021**

O GP do PS assumiu o ónus da indicação do Deputado autor de parecer até ao final da semana corrente, por informação veiculada junto dos serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus.

#### **5. Outros Assuntos**

Neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou sobre a organização dos trabalhos futuros da reunião, dando nota que dever-se-ia evitar o máximo de deslocações ao Parlamento, sugerindo-se fazer as reuniões da Comissão em modo virtual. A Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD) concordou com a sugestão, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou de igual modo com as reuniões virtuais tendo, no entanto, ressalvado que, em caso de audição com membros do Governo, as reuniões deveriam ser presenciais, podendo ser dada a possibilidade aos deputados que iriam intervir na audição de estarem presentes em sala. O Senhor Presidente informou que havia consenso pelo seria avaliada esta possibilidade. Por fim, referiu que a audição decorrida com o Comissário Reynders tinha sido muito positiva e construtiva.

#### **6. Apreciação e votação de ata n.º 61 de 27 de janeiro de 2021**

Entrando no Ponto 6 da Ordem do Dia, o Senhor Presidente colocou a votação a ata nºs 61, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.





## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 17:48 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 fevereiro 2021.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos  
António Lima Costa  
Bacelar de Vasconcelos  
Bruno Dias  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Brás  
Constança Urbano de Sousa  
Cristina Mendes da Silva  
Fabiola Cardoso  
Isabel Meireles  
Isabel Oneto  
Isabel Rodrigues  
João Pinho de Almeida  
Luís Capoulas Santos  
Paulo Moniz  
Paulo Pisco  
Sérgio Marques  
André Coelho Lima  
André Ventura  
Artur Soveral Andrade  
Catarina Rocha Ferreira  
Cláudia Santos  
Edite Estrela  
Elza Pais  
Francisco Pereira Oliveira  
Inês de Sousa Real  
Joana Sá Pereira  
José Magalhães  
Márcia Passos  
Maria Gabriela Fonseca  
Mónica Quintela  
Paulo Porto  
Rita Borges Madeira  
Sandra Pereira  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Cunha  
Beatriz Gomes Dias



**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 62/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL**

Duarte Marques  
Pedro Cegonho  
Rosário Gambôa